



MODERNIDADE NO RIO DE JANEIRO, DO CRISTO REDENTOR AO PLANO LUCIO COSTA¹

SANTOS JUNIOR, Washington Ramos dos²

RESUMO

Este artigo tem por objetivo reconstituir historicamente os processos de modernização ocorridos na cidade do Rio de Janeiro entre as décadas de 1920 a 1960. O amalgamento da identidade do carioca e do brasileiro, iniciada com a transmigração da Corte foi reforçada durante o Estado Novo, uma vez que Vargas precisava das massas para governar. Contudo, desde a República, a condição de capital do Rio de Janeiro estava sendo questionada em função da vinculação à monarquia e das agitações populares. Assistiu-se, assim, a sucessivos projetos de modernização, como o desmonte do Morro do Castelo, o Plano Agache e a estátua do Cristo Redentor. Entretanto, o Rio de Janeiro já não era mais a maior cidade do Brasil, e a hegemonia paulista atribuiu a si o papel de vanguarda, especialmente desde a Semana de Arte Moderna de 1922, e fomentou a legitimidade da interiorização da capital, desde a Marcha para o Oeste, ainda no governo Vargas. Quando a industrialização se consolidou em São Paulo, houve a possibilidade efetiva de construir Brasília. Enquanto as obras da Novacap eram executadas, o Plano Doxiadis era elaborado para recuperar a hegemonia carioca perdida. A Bossa Nova iria mostrar que os cariocas jamais haviam deixado de ser modernos, mas o ápice da modernidade somente seria atingido com a mimese de Brasília presente no Plano-piloto para a baixada de Jacarepaguá, de Lucio Costa e Oscar Niemeyer.

Palavras-chave: Rio de Janeiro; Modernidade; Planejamento Urbano.

ABSTRACT

This article aims to historically draw the modernization processes occurred in Rio de Janeiro between the decades of 1920 and 1960. The amalgam of the Carioca and the Brazilian identities, started with the Crown transmigration, was re-enforced during Estado Novo period, once Vargas needed the masses to govern. However, since the proclamation of Republic, Rio de Janeiro had been questioned about fulfilling the condition of capital in terms of the entailment to the monarchy and popular riots. Thus, there were successive modernization projects, as the tearing down of Castelo Hill, Agache Plan and the statue of Christ, the Redeemer. Nonetheless, Rio de Janeiro was not the biggest Brazilian city anymore and paulista hegemony ascribed to itself the role of the vanguard, especially since 1922 Modern Art Week, and fostered the legitimacy of changing the Brazilian capital to the interior, since the expansion towards the west, during Vargas government. When the industrialization got

¹ EIXO TEMÁTICO: Produção do espaço urbano.

² Doutorando, Programa de Pós-graduação em Psicologia Social (IP-USP), washingtonramos@usp.br. Mestre em Geografia Humana, FFLCH-USP.



consolidated in Sao Paulo, there was the effective possibility to build Brasilia. While Novacap construction was executed Doxiadis Plan was designed to recover the missed hegemony of Rio de Janeiro. Bossa Nova would show that cariocas have never left being modern but the apex of modernity only would be achieved with the mimesis of Brasilia present in Lucio Costa and Oscar Niemeyer's Plan for the lowlands of Jacarepagua.

Key-words: Rio de Janeiro; Modernity; Urban Planning.

1. INTRODUÇÃO

Neste artigo, comentamos sobre a modernidade no Rio de Janeiro entre as décadas de 1920 e 1960, por meio de revisão bibliográfica e de fontes documentais emitidas pelos governos da cidade. A imagem negativa da urbe se arrasta há séculos, mas ao longo do desenvolvimento do capitalismo como modo de produção esta se aprofundou. Quanto ao Rio de Janeiro, esta imagem negativa vinculava-se também à mudança da monarquia para o regime republicano, estando a cidade muito associada à Corte.

As mazelas sociais da então capital reforçavam o desiderato de uma nova sociedade, obviamente, com uma nova capital. Todavia, além de não haver condições de transferir a capital, a Revolução de 1930 e o Estado Novo legitimaram a manutenção do centro do poder próximo as massas, embora houvesse a necessidade de modernização, da qual o Plano Agache, o Cristo Redentor e o desmonte do Morro do Castelo são os precursores. Contudo, a elite paulista e a historiografia subsequente marcaram a Semana de Arte Moderna de 1922 como mostra da vanguarda brasileira, e ambas consolidaram, ainda, o discurso intelectual progressista que percebia o Rio de Janeiro como representante da sociedade que deveria ser deixada no passado.

Desbravar os sertões, assim como os bandeirantes haviam feito, e modernizar o Brasil – isso não começou com Brasília, mas com a Marcha para o Oeste durante o governo Getúlio Vargas. Depois do suicídio de Vargas, o Rio de Janeiro ainda se manteve capital por seis anos. Entretanto, até o final da década de 1960, os cariocas mostrariam sua modernidade ao mundo, com a Bossa Nova, o Plano Doxiadis e, finalmente, com o plano-piloto para a Baixada de Jacarepaguá.



2. DESENVOLVIMENTO

A cidade, ao longo dos séculos, tem sido representada como *locus* de encontro entre urbe e orbe, e, no período industrial, especialmente, transformou-se em algo nefasto. Contudo, o desprezo pela cidade tem datação histórica anterior, como o exemplo comentado a seguir:

[...] o juízo pessimista agostiniano sobre as cidades dos homens ao escrever seu *De civitate Dei*, o livro mais copiado no Medievo: os reinos não se constituíram por pacto entre os homens através da justiça, mas pela violência e rapina pela qual os fortes submeteram os fracos e os escravizaram; fora da justiça, os reinos e o poder civil perdem sua legitimidade e não passam de grandes latrocínios e seus reis são ladrões e salteadores. Temos aqui também uma visão antropológica pessimista em que o ser político – *zoon politikon* – que tende naturalmente a viver em sociedade segundo Aristóteles, dá lugar a um ser ambicioso e interesseiro que tende para o mal e ao qual deve se opor uma força coativa que o obrigue a obedecer e crie a fidelidade onde esta não existe (NASSARO, 2010: 284).

Desse modo, “*apoioando-se na autoridade de Agostinho, Egídio Romano afirma que não há verdadeira justiça a não ser naquela república em que Cristo é fundador e guia*” (ibid.: 286). Essa mundaneidade urbana era reforçada pela identificação entre natureza e divino. Segundo Argan (2005: 213),

[...] a verdade é que a região do mito e do sagrado, no passado – não tão remoto assim – era a natureza. A natureza era o que se encontrava além dos muros da cidade, o espaço não protegido, não organizado, não construído. Ao redor do témenos urbano, do recinto sagrado da civilização ou da cidade [...], havia uma zona de fronteira, o campo, habitada por seres cuja natureza parecia incerta e ambígua, entre o humano e o animal: a gente dos campos, que vivia segundo tradições antigas e se dedicava a técnicas arcaicas e quase rituais, [...] tão diversas das técnicas civis, cultas, intelectuais do artesanato urbano. [...] Além dessa zona incerta, em que às vezes também o cidadão ia procurar um momentâneo e regenerador contato com a grande mãe, começava a verdadeira natureza, a que, ainda no final do século XVIII e no princípio do XIX, era considerada inimiga, inacessível, inviolável, freqüentada apenas pelas feras e pelas águias – e, naturalmente, por Deus, pelos gênios do bem, como pelos gênios do mal [...]. Era o ‘sublime’ e representava o limite, a fronteira, entre o habitado e o inabitável, entre a cidade e a selva, entre o espaço geométrico ou mensurável e a dimensão ilimitada, incomensurável do ser. [...] A cidade é a dimensão do distinto, do relativo, do consciente, do ego; a natureza sublime é a dimensão do transcendente, do absoluto, do superego (loc. cit.).

Contudo, essa dimensão da natureza se perde, uma vez que o mito



[...] do sublime e do terrífico, não mais representado pelas forças cósmicas, transfere-se para as forças tecnológicas, portanto humanas, que submetem as forças cósmicas e as utilizam. É assim que o homem faz da técnica um mito, e o que é pior, um mito novamente ctônico. [...] Tem horror de poder realizar coisas melhores do que ele próprio é e quer, o que significa a perda do juízo, a admissão de que o inconsciente é a melhor parte de si. [...] A cidade, que no passado era o lugar fechado e seguro por antonomásia, o seio materno, torna-se o lugar da insegurança, da inevitável luta pela sobrevivência, do medo, da angústia, do desespero (ibid.: 214).

A cidade, com o desenvolvimento técnico, foi perdendo o caráter de proteção e causou a resignificação da natureza, que, de superego, tornou-se Paraíso. Retornaremos a esse aspecto adiante, mas a cidade dos homens havia de recobrar a aproximação com Deus. Séculos depois, “*se o Estado [moderno, brasileiro, laico, republicano] recusara a religião, [...] tratava-se então de lembrar que a nação, por sua história e por seu povo, estava imersa no cristianismo*” (GIUMBELLI, 2008: 85). Emerson Giumbelli (ibid.: 91) lembra, ainda, que

[...] quando a idéia [de um monumento religioso] foi [re]lançada, em 1921, não havia certeza nem sobre o local nem sobre o modelo de estátua. Após se formar um consenso sobre o Corcovado, houve um concurso de projetos. [...] A capela foi o único elemento do projeto original [...] que não foi alterado. Neste, Cristo, desenhado com linhas que lembravam um estilo barroco e que o tornavam parecido com as imagens que se podia encontrar no interior das igrejas, tinha sua cabeça voltada para o alto e suas mãos ocupadas em segurar, em uma delas, um globo, na outra, uma cruz.

Muito se assemelha, pois, ao Cristo kosmokrator mencionado por Tuan (1980) ao plano-piloto de Brasília, contudo essa imagem do Cristo, acreditamos, não condizia com o que as sociedades carioca e brasileira representavam até então, já que a representação do Cristo pode assumir o traço da castração masculina, que se vincula à imago por nós elaborada da mãe-Medusa-filho narcisista e antitética ao Kosmokrator de Tuan (id.). De qualquer modo, perdeu-se a simbologia original da estátua, que, no entanto, foi adaptada – o corpo do Cristo Redentor formou a cruz, e o globo passou a estar sob os pés da estátua.

O caráter moderno do Cristo Redentor se faz presente na sua consagração ao Coração de Jesus, que encerrava, de um lado, a figura do Jesus sofredor e as conotações populares que imputam, “*horizontalizantes e expiatórias; de outro, o Sagrado Coração e suas conotações eclesiásticas, hierarquizadas e triunfantes*” (GIUMBELLI, 2008: 100). Cabe ressaltar, ainda, que essa identificação direta do indivíduo ao Cristo também se faz presente na catedral



brasiliense de Niemeyer, e que a conotação eclesiástica da obra está inserida em um momento de pressão da Igreja sobre o Estado, a fim de evitar o divórcio e permitir o ensino confessional nas escolas.

A inauguração do Cristo Redentor, assim sendo, referencia não apenas “*a chegada de Colombo às Américas como marco da cristianização do continente*” (ibid.: 85), mas também a aproximação entre o Governo Vargas, em busca de legitimidade, e a Igreja Católica, ansiosa por reaver prestígio político frente ao Estado. Ambos queriam as massas, e “*a conjunção entre o cívico e o religioso parece crucial para entender o que se passa com o Cristo Redentor*” (ibid.: 98); e para entender, também, a modernidade do “*estilo de devoção, proposto para [ess]as massas pela hierarquia eclesiástica no Brasil, que tem no monumento [...] sua expressão mais espetacular*” (ibid.: 86-7).

Essa modernidade está presente, outrossim, no *art déco* e no concreto armado utilizados na construção do monumento. Isso reforça a conjuntura vivenciada pela cidade na época do concurso, que, como vimos, buscava trazer ao Rio de Janeiro, em definitivo, a modernidade, seja com o desmonte do Castelo ou com as obras de saneamento ao longo da baía de Guanabara. Enfatiza-se, assim, o papel que a ideia de modernidade tem na cidade do Rio de Janeiro desde o início do século, cuja representação máxima é, nesse período, a eliminação do seu sítio mais tradicional.

Essa modernidade materializou-se também no Plano Agache, encomendado em 1927 e concluído em 1930. Dizia o francês que

[...] *Mlle. Carioca*, que acabo de visitar, está certamente doente; não temais, porém, porquanto a sua moléstia não é congênita: é daquelas que são passíveis de cura, pois o seu mal consiste em uma crise de crescimento (AGACHE, 1930: 5).

Este caráter biológico também é patente na caracterização do plano urbano, o qual Agache assemelha à palma de uma mão. Compara-se, desse modo,

[...] o plano da cidade do Rio de Janeiro com a impressão que deixaria na greda uma forma de mão cujos cinco dedos estivessem afastados; a palma representando o centro comercial, a ‘City’ e os dedos representando as praias e os vales que se afastam do centro e que deram, muito naturalmente, lugar a expansão urbana sob forma tentacular (ibid.: 137).



O Plano Agache apresenta muitas características da City Beautiful e ratifica um tecido urbano segregado e a idéia de que a mudança física é capaz engendrar mudanças comportamentais, da mesma forma que foi pregado, portanto, pela Reforma Passos. Vera Rezende lembre que o Plano prevê “*a supressão de comportamentos marginais de uma parcela da população através da remodelação física da cidade*” (apud STUCKENBRUCK, 1996: 109). O destino do Plano Agache, após a revolução de 1930, foi o arquivamento temporário, até que na administração de Henrique Dodsworth teve algumas proposições postas em prática, como a Praça Paris e a Avenida Presidente Vargas.

O período Getúlio Vargas obscureceu o conflito entre modernidade e tradição, ao ser responsável por construir o Estado brasileiro moderno, bem como forjar a cultura que a ele corresponderia. Nesse sentido, o Rio de Janeiro foi redimido pelo Cristo Redentor, porque permaneceu como centro da nação por mais seis anos, a contar da data do suicídio do presidente. Mais uma vez, portanto, a identidade carioca estava amalgamada à brasileira, já que, no Império, toda a construção da nacionalidade e das artes perpassava o espaço de vivência da capital, lembrando, ainda, a herança da Corte portuguesa.

Construir a identidade brasileira significava, primeiramente, romper com a fusão existente após a transmigração da Corte, a qual tornou o Rio de Janeiro sede do Império Luso. A interiorização da metrópole foi fundamental na indissociação entre metrópole e colônia, português e nativo, completada apenas depois do retorno de D. Pedro I a Portugal. Norton (1979: 92-3) lembra que

[...] o comandante Vaillant estranhava que não tivessem procurado apropriar as casas ‘as exigências particulares de um clima diferente do da Europa, nada tendo sido previsto para a proteção contra o calor excessivo. Aqui não se vêem, como na maioria dos países quentes, essas construções leves onde tudo é disposto para melhorar a ventilação. Muito longe disso, aqui tudo é europeu; casas, mobiliário, modo de vestir... [...] Os costumes portugueses, transplantados, ressentiram-se, naturalmente, dos hábitos coloniais, da ética indígena, da licenciosidade de raças misturadas, do clima libidinoso, das ganâncias dos reinóis e traficâncias estrangeiras, das voluptuosidades tropicais.

Maria Odila Dias (2005: 22-3) propugna que

[...] não obstante a elevação a Reino Unido, o surto de reformas que marca o período joanino visa à reorganização da metrópole na colônia, e equivale, de resto, no que diz respeito às demais capitanias, apenas a um recrudescimento



dos processos de colonização portuguesa do século anterior. [...] A instabilidade crônica da economia colonial gerava mecanismos sociais de acomodação, tais como a conseqüente e relativa ‘fluidez’ e ‘mobilidade’ das classes dominantes, servindo como força neutralizadora para abafar divergências e impedir manifestações de descontentamento que multiplicassem inconfiências e revoltas.

Dias (2005: 23; 33) menciona, ainda, que

[...] sentimento de insegurança social e o haitianismo [...] agiram como força política catalisadora e tiveram um papel decisivo no momento em que regionalismos e diversidades de interesses poderiam ter dividido as classes dominantes da colônia. Com a vinda da Corte, pela primeira vez, desde o início da colonização, configuravam-se nos trópicos portugueses preocupações próprias de uma colônia de povoamento, e não apenas de exploração ou feitoria comercial, pois que no Rio teriam que viver.

A autora (id.) conclui que as origens da nacionalidade brasileira nada teriam de revolucionárias, na medida em que a monarquia e a continuidade da ordem vigente eram as maiores preocupações da elite colonial. Assim,

[...] a semente da integração nacional seria, pois, lançada pela nova Corte como um prolongamento da administração e da estrutura colonial, um ato de vontade de portugueses adventícios, cimentada pela dependência e colaboração dos nativos e forjada pela pressão dos ingleses que queriam desfrutar do comércio sem ter de administrar... A insegurança colonial cimentaria a união das classes dominantes nativas com a ‘vontade de ser brasileiros’ dos portugueses imigrados que vieram fundar um novo Império nos trópicos. [...] A ilustração brasileira não pode ser, pois, identificada com ‘anticolonialismo’ ou com a luta da colônia contra a metrópole (ibid.: 32-3).

Isso, *per se*, impõe grave problema identitário à elite brasileira e é uma das origens para que não haja identidade entre a massa e a classe dominante, clivando a noção de cidadania. Nossa elite era, sobretudo, portuguesa, desde o início da colonização, e não houve ruptura mesmo com a independência. De qualquer modo, o processo de interiorização da metrópole privilegiou a cidade do Rio de Janeiro, transformando-a na maior cidade do Brasil já na segunda década do século XIX, cuja centralidade suplantou a de Salvador com a atividade mineira e a posterior transferência da capital para o Rio de Janeiro.



A necessidade de criar instituições, cujas sedes eram, obviamente, a cidade, permitiu que fossem fundados o primeiro estabelecimento de ensino superior, academias militares, a Biblioteca Real e a Academia de Belas Artes; a proibição às manufaturas foi suspensa; e diversas missões científicas, exploradoras e artísticas vieram ao Brasil, fortalecendo a imagem da cidade do Rio de Janeiro como imagem do Brasil. Ademais, a literatura brasileira se desenvolveu grandemente na cidade.

Pouco menos de um século depois, no período de Vargas, e em alguns anos que se seguem ao seu suicídio, a realidade brasileira estaria pautada pela ascensão de São Paulo – a hegemonia econômica não mais se encontrava no Rio de Janeiro. São Paulo havia assumido a liderança em número de habitantes e em produção econômica. Essa convivência entre Rio de Janeiro e São Paulo como metrópoles nacionais apenas terminaria com o governo de Juscelino Kubitschek e a construção de Brasília, a qual reordenou o território, definitivamente, desde São Paulo.

A elite paulistana, além disso, já havia iniciado não somente a construção de sua história – a herança do bandeirante e o imigrante europeu empreendedor –, como acenava para o futuro, por meio das manifestações artísticas da Semana – Moderna – de 1922. Esse projeto político paulista, certamente, esbarrou, depois, no da Revolução de 1930, mas cabe ressaltar que vincular a modernidade unicamente aos eventos ocorridos em São Paulo faz com que se perca o processo histórico de constituição do movimento moderno brasileiro. Segundo Monica Pimenta Velloso (2006: 358), *“essa leitura – inspirada na centralidade de 1922 – foi construída pelos modernos paulistas, que frequentemente se apresentaram como arautos da modernidade brasileira”*.

A herança moderna apontada por Velloso é a da geração de 1870, compreendida Euclides da Cunha, Capistrano de Abreu, Graça Aranha, Silvio Romero e Tobias Barreto, o qual integrava a escola de Recife. Nesse momento, o objetivo dos intelectuais é integrar o Brasil à cultura ocidental, apesar da inferioridade brasileira, presente na assimilação do darwinismo social, que imputava aos brasileiros atraso cultural e a necessidade do branqueamento da população, política posta em prática com a imigração europeia e com o menoscabo ao negro. Esse momento reforça a primazia da ciência e da elite em definir a nacionalidade e o ideal de brasilidade, à revelia do povo.



A mestiçagem envergonhada tem *Os Sertões* como uma das obras mais importantes, que servirá de base, como já vimos, para compreensão da favela carioca, e também para fundamentar a oposição entre homem e natureza e litoral e sertão, posteriormente utilizada no governo Vargas para justificar a Marcha para o Oeste. Essa visão determinista também influenciará o grupo conservador modernista Verde-Amarelo, o qual se distancia dos antropofágicos, e, sobremaneira, do *Macunaíma* de Mário de Andrade. Os verde-amarelos terão, na figura do Curupira e do bandeirante, a origem da brasilidade. Para essa corrente,

[...] o passado é concebido como uma espécie de Eldorado; o mito Tupi – associado à pureza, espontaneidade e originalidade – aparece, então, como um dos elementos fundadores da nacionalidade. Essa perspectiva implica a adoção de um etnocentrismo extremado, que leva o grupo a defender as fronteiras nacionais contra o que denominava as ‘invasões alienígenas’. [...] Emerge daí a ideia do intelectual engajado que vai se afirmar durante o regime autoritário do Estado Novo (1937-45) (VELLOSO, 2006: 375).

Para esse grupo, ainda,

[...] a compreensão da brasilidade modernista devia se dar através de uma categoria: a geografia. Parte-se do pressuposto de que é a geografia que faz a história, alterando o seu curso de maneira decisiva. [...] Identificam o interior com a brasilidade e a autenticidade em contraposição ao litoral, associado à idéia de cosmopolitismo, fachada e artifício (ibid.: 376).

Desse modo, ao bandeirante atribui-se o espírito empreendedor e desbravador, caráter, portanto, do paulista; este, por sua vez, o demiurgo da nacionalidade brasileira, encerrando um pensamento regionalista. O litorâneo, entretanto, não tem como apreender o sentido da nacionalidade, porquanto é dado ao cosmopolitismo. Parece claro, logo, que os verde-amarelos, por meio de seus teóricos, alguns dos quais membros do regime varguista anos depois, forjaram, por meio da modernidade e da construção da nacionalidade, a incapacidade de o Rio de Janeiro permanecer como capital.

A outra vertente do modernismo paulista, Pau-Brasil, capitaneada por Oswald de Andrade e Mário de Andrade, criaram duas concepções fundamentais para se compreender o brasileiro, a antropofagia e a personagem Macunaíma. O *Abaporu* de Tarsila do Amaral é icástico, e, em resposta às críticas do Verdamarelismo, o grupo Pau-Brasil responde que

[...] Antropofagia é simplesmente a ida (não o regresso) ao homem natural, anunciada por todas as correntes da cultura contemporânea e garantida pela emoção muscular de uma época maravilhosa – a nossa. O homem natural que nós queremos pode tranquilamente ser branco, andar de casaca e de



avião. Como pode ser preto e até índio. Por isso o chamamos de antropófago e não tolamente de ‘tupi’ ou ‘pareci’. (...) Nem queremos como os graves meninos do verdamarelo restaurar coisas que perderam o sentido – a anta e a senhora burguesa, o soneto e a Academia (NOSSO SÉCULO, 1985, vol. 4: 118).

E conclui de maneira inquestionável:

[...] Os verdamarelos daqui querem o gibão e a escravatura moral, a colonização do europeu arrogante e idiota e no meio disso tudo o guarani de Alencar dançando a valsa. Uma adesão como essa não nos serve de nada (loc. cit.).

Se há uma psiqué para o brasileiro, Macunaíma tende a representá-la, pois

[...] sua proposta era a de conhecer cada palmo do Brasil [...] [sem] qualquer tipo de compromisso ou de missão [ao contrário do bandeirante]. Era esse o espírito que impulsionava a trajetória de Macunaíma, o ‘herói sem nenhum caráter’. O personagem se move, com desenvoltura, entre o passado e o presente, a floresta e a cidade, a terra e o céu, o tempo e o espaço. [...] É um herói sem caráter [...] porque ‘ainda não possui nem civilização própria nem consciência tradicional’ (VELLOSO, 2006: 379-80).

No Rio de Janeiro, o modernismo esteve presente, de acordo com Velloso, na boêmia carioca e na vivência da cidade. Cita como integrantes desse grupo Lima Barreto, Bastos Tigre, Emilio de Menezes, José do Patrocínio Filho, Kalixto, J. Carlos, Raul Pederneiras, Chiquinha Gonzaga, João do Rio, Sinhô, Pixinguinha e Donga, além de personalidades como Gilberto Freire e Sérgio Buarque de Holanda. Ainda no Rio, “*a modernidade foi marcada [...] por um caráter profundamente excludente*” (ibid.: 362), apesar de o “*oficialismo da vida cultural sempre voltada para o cenário europeu*” (ibid.: 363) coexistir com tradições culturais, muitas das vezes, negras.

Assim, forjou-se na cidade, então capital, uma identidade coletiva moderna que perpassava o popular, seja por meio das charges das revistas e dos jornais ou da música, tendo o samba assumido, depois, identidade brasileira. Ainda consoante Velloso (ibid: 370),

[...] no Rio de Janeiro, particularmente, é de fundamental importância considerar os espaços informais da cultura na constituição de sociabilidades que, em muito, contribuíram para a dinâmica modernista. As ruas, largos, praças, os cafés literários e principalmente as festas populares propiciaram o encontro de distintas percepções, valores e concepções sociais. E é a partir desses espaços que deve ser compreendida a cultura urbana modernista.



Ângela de Castro Gomes (2005: 194) reitera esse posicionamento, ao garantir que o Estado liberal da República Velha

[...] não apenas separava o homem da terra, mas igualmente separava o homem do cidadão e, desta forma, distanciava a cultura da política. O homem do povo, que cristalizava tudo aquilo que era produzido no país e que representava sua cultura, estava afastado do homem político, do cidadão. A cultura, nesta nova acepção, era a própria expressão do que era 'natural' e 'intrínseco' ao homem brasileiro. Por isso, ele era uma realidade esquecida e perdida para as elites políticas da Primeira República, mas era uma força sempre presente e indestrutível no inconsciente nacional a ser identificada e revivida.

Por conseguinte,

[...] se antes de 1930 o que se verificava era a ausência de um contato harmonioso entre povo e elites, o que se verificou já em 1930 e principalmente após 1937 foi a articulação e comunicação entre as elites e a massa da população. Era justamente esse aspecto que tornava o acontecimento de 30 um fato revolucionário para Azevedo Amaral [este um conservador]. [...] A cultura popular devia ser recolhida por um Estado inovador, que rompia com o passado político da República Velha (loc. cit.).

Por esse motivo, ainda havia a necessidade da manutenção da capital no Rio de Janeiro. A cidade serviu, pois, ao interesse do Estado brasileiro na construção de sua modernidade, e, em reciprocidade, teve mais uma vez a sua imagem e o seu povo atrelados à imagem e ao povo brasileiros. Um exemplo disso é o fato de o samba ter sido elevado à categoria de gênero musical de qualidade e ao status de ritmo representativo da nacionalidade. Segundo Jairo Severiano (2008: 173),

[...] de primeiro de janeiro de 1931 a 31 de dezembro de 1940, ou seja, por toda a década de 1930, nossas gravadoras registraram em disco 6.706 composições, das quais 2.176 eram sambas. Esta cifra – correspondente a 32,45% do repertório gravado – mostra que, ao livrar-se da influência do maxixe e adquirir identidade própria, o samba conquistou muito rapidamente a preferência do povo brasileiro.

Todavia, essa apropriação do gênero musical não se deu sem preconceitos. A censura do Estado Novo por intermédio do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) permitiu a existência de uma “*cruzada antimalandragem, uma tentativa de ‘purificação’ do samba realizada pelo DIP em seu primeiro ano de atividade [1939]*” (ibid.: 267). Ainda conforme Severiano relata, “*alguns teóricos do regime consideravam indecentes ‘o samba, o maxixe, a marchinha e os demais ritmos selvagens da música popular’*” (SEVERIANO, 2008: 267).



Coibiu-se, na música, a apologia à malandragem, mas a chanchada perpetuou a figura do malandro até o início da década de 1960, à revelia da invenção do trabalhismo no Estado Novo.

O fim deste trouxe um período de uma democracia imperfeita que se estendeu de 1946 a 1964. Nesse ínterim, o governo liberal – portanto, sem massas – de Eurico Gaspar Dutra marca um retrocesso ao liberalismo da República Velha e é sucedido pelo segundo período de Getúlio Vargas como presidente. Esse momento é crucial porque o debate acerca do conflito entre modernidade e tradição é definitivamente absorvido pelo embate entre esquerda e direita. Desde a década de 1920, as esquerdas ideológicas são combatidas por governo e por empresários, mas somente após o trabalhismo de Vargas estas tornar-se-ão um risco ao *status quo*.

O governo de Juscelino Kubitschek será, portanto, um momento de equilíbrio entre ambas as forças, uma “*conciliação, ao mesmo tempo modernizante e conservadora, [...] com um ‘novo’ nacionalismo voltado para as experiências de um capitalismo periférico e dependente de capital estrangeiro*” (BENEVIDES, 2002: 30). Apesar da imagem esquerdista do nacionalismo de Vargas, não houve descontinuidade entre o desenvolvimento deste e o de JK. Passada a construção do Estado moderno brasileiro, estavam dadas as condições para a mudança da capital.

Maria Victoria Benevides argumenta, outrossim, que o desenvolvimentismo se distinguia da herança varguista e, por esse motivo, tornava-se mais palatável porque pregava menos enfaticamente a intervenção estatal na economia; atendia às demandas por emprego e serviços básicos da população; agradava o setor castrense ao melhorar a infra-estrutura e construir Brasília; e neutralizava o Partido Comunista, já que este apoiava a industrialização, como etapa para o processo revolucionário. Deve-se acrescentar também que o adiamento de problemas que pudessem causar confrontos contribuiu para o êxito da administração JK.

Tão exitoso foi o seu governo que Juscelino Kubitschek transferiu, no dia 21 de abril de 1960, a capital para Brasília, após quase setenta anos da primeira constituição republicana. Durante a transferência, ficou decidido, por meio da lei San Tiago Dantas, que o Rio de Janeiro tornar-se-ia o Estado da Guanabara, que nasce, como citado, com forma urbana modernizada pelas vias para automóveis, com o início da substituição dos bondes e com um



modo de vida identificado ao mar, cujo ícone era Copacabana, e àquilo que mais se combateu décadas atrás – o cosmopolitismo.

Este atinge seu píncaro com o surgimento da Bossa Nova. Movimento musical que teve na boêmia e no espaço vivido carioca a sua construção, tornou-se conhecido mundialmente como *the Brazilian jazz*. Tom Jobim e Vinícius de Moraes conheceram-se em 1956, no bar Vilarino, centro do Rio de Janeiro e combinaram que Tom musicaria as músicas de *Orfeu da Conceição*, que se tornaria filme depois. Vinícius, em seguida, aceitou escrever letras para músicas de Tom – *Lamento do Morro*, *Se todos fossem iguais a você*, entre outras – que foram gravadas, no mesmo ano, por Roberto Paiva, Luís Paiva e orquestra.

No mesmo bar, em 1958, nasceu *Canção do Amor Demais*, de Elizeth Cardoso, disco que teve a participação de João Gilberto nas faixas *Chega de Saudade* e *Outra Vez*. Nessas músicas, João Gilberto

[...] lançou o estilo que viria caracterizar a bossa nova: a harmonia repleta de acordes alterados saltos melódicos inesperados, com freqüentes modulações, a economia de instrumentos e da duração de cada música, a letra lírica e coloquial, e, acima de tudo, o leve ritmo quaternário com deslocamentos independentes da melodia (NOSSO SÉCULO, 1985, vol. 8: 110).

João Gilberto lançou, em seguida, dois discos 78 rpm, o primeiro com *Chega de Saudade* e *Bim-Bom*, com estilo de cantar intimista e bastante diferente do modo que se cantava na época, e o segundo com *Desafinado* e *Ho-ba-la-la*. Segundo Severiano (2008: 330),

[...] bem diferente do que se ouvira em quase dois séculos de música popular brasileira, esta gravação já mostrava tudo o que a bossa nova oferecia de inovador e revolucionário: a melodia moderna, requintada, sem prejuízo da simplicidade, a harmonia audaciosa, repleta de acordes alterados (ou seja, que utilizavam combinações de notas estranhas à harmonia tradicional), a letra alegre, sintética, despojada, o canto intimista, livre de vibratos e, sobretudo, um extraordinário jogo rítmico entre a voz do cantor, o violão e a bateria, numa polirritmia que ressaltava o balanço da canção. [...] Além de nomear um gênero musical, ou melhor, um tipo de samba, a bossa nova é principalmente, como o choro, um estilo, uma maneira de tocar, harmonizar ou cantar qualquer composição. Isso seria demonstrado logo no primeiro LP de João Gilberto.

Músicas como *Garota de Ipanema*, *Samba do Avião*, *Corcovado* e *Copacabana* exultam a beleza da cidade e o modo de vida do carioca. A apresentação no Carnegie Hall em



1962, e os prêmios Grammy de 1964 tornaram a bossa nova reconhecida internacionalmente, assim como a cidade. Esta estava representada também no Cinema Novo, por meio da favela, que apareceu em *Cinco vezes favela*, mas já havia ganhado o mundo com o filme *Orfeu Negro* (*Orfeu da Conceição*, peça de Vinícius de Moraes), Palma de Ouro e Oscar de melhor filme estrangeiro, em 1959.

Pode-se entender, portanto, a euforia vivenciada pelo Rio de Janeiro nos cinco primeiros anos depois da transferência da capital. A Guanabara vislumbrada como época de ouro da cidade diz respeito a esses anos em que o Rio obteve exposição internacional e a qualidade de vida da população, de um modo geral, melhorou devido à convergência de tributos da cidade-Estado, ademais do fomento de instituições estrangeiras, como a United States Agency for International Development (USAID), alinhadas ideologicamente ao anticomunismo ferrenho de Carlos Lacerda, primeiro governador eleito da Guanabara.

Carlos Lacerda, com efeito, liderou uma administração que entrou para o imaginário carioca e que coincidiu com as comemorações do IV Centenário da Cidade do Rio de Janeiro, em 1965. Data desse período a inauguração da segunda adutora do Guandu, resolvendo o problema da falta d'água na cidade. Além disso, segundo Abreu (1997: 133), assiste-se

[...] a uma 'febre' de construções de viadutos e de novas avenidas que, se não viriam a resolver definitivamente o problema dos congestionamentos de tráfego – devido ao crescente aumento de veículos em circulação – melhoraram bastante a fluidez do trânsito na cidade.

Maurício de Abreu (ibid.: 133-4) elenca essas obras:

[...] a conclusão do Túnel Santa Bárbara, a construção do Túnel Rebouças (Rio Comprido-Lagoa), a construção da primeira etapa do Trevo dos Marinheiros, a conclusão da via expressa do Aterro do Flamengo (aí incluída toda a arborização do Parque), a abertura do primeiro trecho da Avenida Radial Oeste (que requereu a remoção da Favela do Esqueleto), o prolongamento da Avenida Maracanã, e a construção da Rodoviária Novo Rio. Obras viárias também foram realizadas nos subúrbios, visando sobretudo o aumento de sua acessibilidade à Avenida Brasil. Datam dessa época, por exemplo, o prolongamento da antiga Avenida Novo Rio (às margens do Rio Faria Timbó) e do viaduto que a liga à Avenida Brasil e a construção do viaduto João XXIII, ligando os antigos subúrbios da Rio D'Ouro também à Avenida Brasil.



Este encomendou logo no início de seu governo um plano de desenvolvimento urbano a Doxiadis Associates, a ser entregue na ocasião do IV Centenário, para que a cidade recuperasse a hegemonia perdida. De acordo com o plano,

[...] uma solução dos problemas fundamentais do Estado da Guanabara requer um programa bem concebido e um plano de desenvolvimento físico que permitirá à Guanabara manter sua atual posição e, pela provisão de uma adequada infra-estrutura física, aumentar sua taxa de crescimento e participação na economia nacional, a qual se desenvolve rapidamente (DOXIADIS ASSOCIATES, 1965. p. 177).

O plano tinha por objetivo reestruturar a cidade por meio de mudanças no espaço físico e, para atingir este objetivo, pregava todas as premissas do urbanismo modernista, como unidade de vizinhança do modelo norte-americano, ênfase no uso do automóvel – clarificando que as linhas policrômicas não foram criadas por Doxiadis (SANTOS JUNIOR, 2005: 83) –, separação de funções urbanas e zoneamento, renovação urbana do Mangue. O plano não foi implementado, embora haja semelhanças em propostas elaboradas em suas páginas e ações governamentais, como a utilização da Cidade de Deus em área para reassentamento de favelados e de flagelados das enchentes de 1966 e de 1967.

Ao longo da década de 1960 e, em maior intensidade, entre 1968 e 1973, a política habitacional do governo do Estado da Guanabara foi a remoção de favelas de algumas áreas, como o entorno da Lagoa Rodrigo de Freitas, para conjuntos habitacionais financiados pelo Banco Nacional da Habitação (BNH), criado em 1964, e comercializados pela Companhia de Habitação Popular (COHAB) (1962-75). Segundo Valladares (1978: 21),

[...] este programa nasceu da construção das chamadas vilas populares em 1962-4, culminando com a intervenção federal que criou, em 1968, a CHISAM [Coordenação de Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana do Grande Rio (1968-1973)], atuante até 1973, ano de sua extinção.

Cabe ressaltar que as vilas populares diferem da experiência modernista que marcou a cidade nas décadas anteriores, em que, além da moradia, havia construção de infra-estrutura física e de serviços nos conjuntos habitacionais. Muitos foram aqueles que apresentaram problemas de mobilidade para seus moradores, e até mesmo comprometimento das estruturas, devido à baixa qualidade do padrão construtivo, já que se tratavam de habitações de baixo custo e se vivia sob o regime militar. Assim, as construtoras aumentavam o lucro ainda mais.



As empresas de construção civil estiveram, indubitavelmente, entre os beneficiados pela política de remoção de favelados, já que se encontravam relativamente estagnadas desde o final da década de 1950. Este setor

[...] viu-se reativado a partir de 1966, e mais especificamente após 1968, quando o BNH passou a dispor dos recursos do FGTS e, conseqüentemente, a distribuir maiores somas a seus agentes financeiros. [...] O BNH não apenas financiou a construção de unidades habitacionais, como também cumpriu outros de seus objetivos gerais, quais sejam, gerar empregos e propiciar o desenvolvimento da indústria de materiais de construção, e oferecer ainda à iniciativa privada (empresas de construção civil) contratos para a realização de empreendimentos imobiliários importantes (VALLADARES, 1978: 33).

Remover os favelados incorporava, ainda, dois fatores importantíssimos, a circulação urbana e a especulação imobiliária. A circulação urbana serviu de contenção ao crescimento das favelas já que muitas foram removidas, total ou parcialmente, para ceder lugar a vias, como no entorno da Lagoa, hoje um dos mais tradicionais bairros da Zona Sul carioca, e na Rocinha, por onde passaria a Auto-estrada Lagoa-Barra. Ademais, a abertura dessas vias contribuiu para maior valorização do solo urbano, por meio de seu disciplinamento.

Este deve ser entendido como mecanismo de segregação espacial, não somente pela remoção dos favelados, mas também porque a localização de seus antigos moradores em novas residências não ocorreu na própria Zona Sul, com raras exceções, como a Cruzada São Sebastião. Assim, a centralidade dessa área foi intensificada por meio de

[...] um círculo fechado de investimentos nos núcleos centrais das áreas urbanas, nas quais estão concentrados os maiores proprietários e portanto os maiores benefícios. Desta forma, qualquer plano de reformulação da ocupação do solo urbano fica desde logo sujeito a uma forte pressão econômica e política por parte dos interesses dos grandes proprietários, o que mais uma vez provoca a canalização de recursos e benefícios para as áreas centrais, tornando organizado e crônico um processo que evidentemente deveria ser corrigido (LAFER, 1987: 140).

Essa foi a forma encontrada de continuar a valorização imobiliária da Zona Sul para a elite carioca, até porque Copacabana havia experimentado um processo de democratização. Ao se removerem as favelas da Lagoa, criou-se área contínua de habitações de alto padrão, com poucas favelas – Cantagalo, Rocinha, Gávea, entre outras –, cuja manutenção, de fato, tornava-se necessária para reduzir os custos de mão-de-obra, uma vez que muitos desses



favelados trabalhavam em locais próximos e exerciam funções domésticas ou de serviços, não havendo agricultura ou indústria nessa região.

O Estado, portanto, foi um grande fomentador das atividades econômicas privadas no setor de construção civil na cidade do Rio de Janeiro. Sua atuação não se limitou à política de remoção de favelados; de suma importância foram as obras conduzidas pela administração pública para ampliar a área mais valorizada do tecido urbano – a ocupação do sertão carioca, uma grande superfície que constituía um vazio demográfico, com pequenos núcleos de moradia e que era utilizada como segunda residência ou veraneio.

Com o objetivo de ocupar essa região e, simultaneamente, evitar os problemas urbanos verificados no restante da cidade, o arquiteto Lúcio Costa foi convidado a elaborar um plano que transformaria em realidade o “*sonho da Cidade Maravilhosa*” (ESTADO DA GUANABARA, 1969: I). Assim, começava a

[...] erguer-se na Baixada de Jacarepaguá a mais bela cidade oceânica do mundo. O Rio do futuro nasce com filosofia própria, planejado, medido, calculado, imposição e consequência do Anel Rodoviário e das obras do DER na região (loc. cit.).

Esse Rio de Janeiro do futuro estaria assentado na mimese do Plano-piloto de Brasília, conforme observamos na semelhança entre Brasília e Barra da Tijuca encontrada na figura 1 abaixo (REZENDE e LEITÃO, 2003):

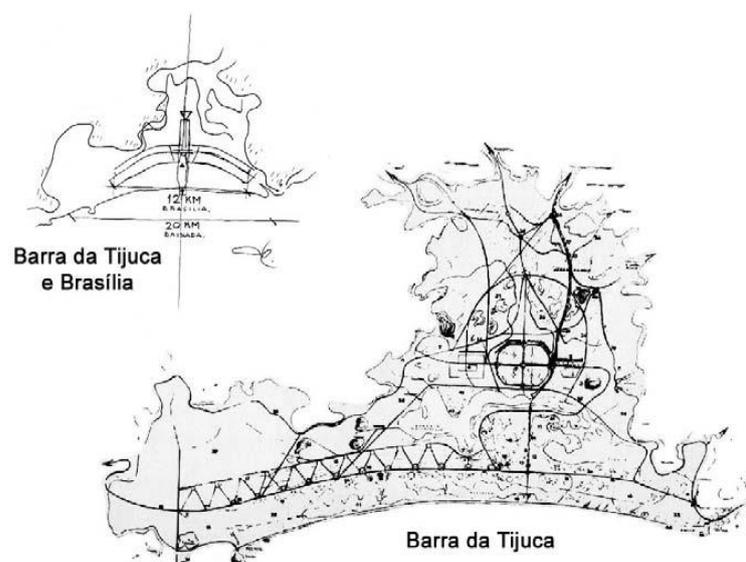


Figura 1: Comparação entre os planos-pilotos de Barra da Tijuca e Brasília



Lucio Costa propugnava uma nova modernidade para o carioca, seu plano traria o futuro da mesma forma que Brasília trouxera para o país. Além disso, o urbanista propunha não criar uma área de extensão urbana, e, sim, reestruturar a cidade. Por isso, previu que

[...] a criação, agora, da via-livre de acesso à Barra da Tijuca e à Baixada de Jacarepaguá, articulada às vias de comunicação já existentes – Realengo, o importante eixo Madureira-Penha, Grajaú, Tijuca –, conduzirá ao início da terceira fase [de ocupação urbana], porque o processo normal de urbanização tomando corpo, o círculo norte-sul se fechará e a perdida unidade será restabelecida. Desta constatação resulta que deverá fatalmente surgir na baixada um novo foco metropolitano Norte-Sul, beneficiando pelo espaço, pelo acesso às áreas industriais, pelas disponibilidades de mão-de-obra e por amplas áreas contíguas para residência e recreio, e que não será apenas um novo centro relativamente autônomo à maneira de Copacabana e Tijuca, mas, [...] novo pólo estadual de convergência e irradiação (ESTADO DA GUANABARA, 1969: 4).

Assim, ao se tornar pólo do Estado da Guanabara, a baixada recobriria a unidade urbana perdida, como quando a cidade se desenvolvia organicamente na primeira fase de desenvolvimento urbano, que se estende até a República. Transcrevemos o texto de Lúcio Costa narrado no vídeo A cidade cresce para a Barra (TOTEM FILMES, 1970), em que há essa afirmação:

[...] Primeiro era só paisagem. Estranha e bela paisagem, marcada por três penhascos inconfundíveis: do mar, a Pedra da Gávea; na barra, o Pão de Açúcar; o Corcovado, na enseada. Foi nesse cenário paradisíaco que surgiram, de repente, como Vênus das ondas, os primeiros cariocas, os huguenotes de Nicolau Durand de Villegaignon. Do outro lado do oceano, longe do mundo, as disputas doutrinárias recomeçaram e na solidão estrelada, o sonho da Franca Antártica esvaneceu. Depois, os portugueses se instalam nas quatro colinas: a do Castelo, com os jesuítas; a de São Bento; a franciscana, de Santo Antônio; e a da Conceição. E constituem o primeiro quadrilátero urbano.

A segunda fase de ocupação surgiu

Com o desenvolvimento da colônia, a área urbanizada espraia-se na direção dos campos, Santana, Caju, Catete. A água da serra da carioca é trazida no lombo dos arcos e galga-se a encosta de Santa Teresa. Ergue-se no outeiro a Glória, que lá está. Com a instalação do Império, São Cristóvão e Botafogo. Penetram-se os vales, e vai-se até a lagoa e os postos avançados de Jacarepaguá e Santa Cruz. Depois, a segunda fase de ocupação com a República, as grandes obras no centro e a abertura dos túneis rompendo a primitiva unidade e dividindo a cidade em duas porções desiguais, zona norte e zona sul (loc. cit.).

Para resgatar essa unidade, há que se desenvolver a baixada, e a construção da



[..] auto-estrada Lagoa-Barra da Tijuca conduzirá à terceira fase de ocupação da cidade, da baixada compreendida entre a Barra da Tijuca, o pontal de Sernambetiba e Jacarepaguá. Desta forma, o círculo norte-sul se fechará, restabelecendo a perdida unidade que dividiu a cidade em duas porções desiguais. De cada um de seus pontos extremos, esta é a região a ser urbanizada (loc. cit.).

No Plano-piloto, o urbanista assegura que

[...] essa planície central, providencialmente preservada, além de possibilitar novamente a união das metades Norte e Sul da cidade, separadas quando a unidade urbana original se rompeu, está igualmente em posição de articular-se, por esses dois eixos paralelos, àquela área destinada à indústria pesada, no extremo Oeste do Estado, com foco natural em Santa Cruz, o que lhe confere então condições para ser já não apenas o futuro Centro Metropolitano Norte-Sul, assinalado anteriormente, mas também Leste-Oeste, ou seja, com o correr do tempo, o verdadeiro coração da Guanabara (loc. cit.).

Uma vez assegurado este caráter reestruturador, *“a ocupação da área nos moldes usuais, com bairros que constituíssem no seu conjunto praticamente uma nova cidade, implicaria a destruição sem remédio de tudo aquilo que a caracteriza”* (ESTADO DA GUANABARA, 1969: 8). Como a ocupação era irreversível, devia-se *“encontrar a fórmula que permit[ir]a conciliar a urbanização na escala que se impõe, com a salvaguarda, embora parcial, dessas peculiaridades que importa preservar”* (loc. cit.), ou seja, *“o ar lavado e agreste; o tamanho – as praias e dunas parecem não ter fim; e aquela sensação inusitada de se estar num mundo intocado, primevo”* (loc. cit.).

Isso acarretava o *“impulso, instintivo, [...] [de] sempre [...] impedir que se faça lá seja o que for”* (loc. cit.). Diante dessa impossibilidade, contudo, cabia racionalizar a ocupação que se impunha, e para isso, Lucio Costa previu, ademais do Centro Metropolitano Norte-Sul e Leste-Oeste, a criação de outros dois centros, um em Sernambetiba, hoje no bairro Recreio dos Bandeirantes, e outro na Barra da Tijuca, conhecido por Athaydeville ou Centro da Barra, com projeto de Niemeyer. De acordo com o urbanista (TOTEM FILMES, op. cit.),

[...] a ocupação da área destinada ao futuro centro metropolitano não será para tão cedo. Nesta campina se inscreve um octógono alongado articulado as vias 5 e 11, que comandam dois eixos ortogonais, o maior leste-oeste paralelo a praia e o menor na direção de Jacarepaguá dividindo a área em quatro partes que se subdividem em quarteirões de 4 lóbulos cada um. Os quarteirões centrais terão gabarito mais alto, cerca de 200m, igual a 70 andares e altura da Pedra da Panela. Além do metrô, o conjunto estará ligado pela via 9 com a Cidade Universitária e com o Galeão, através da Cândido



Benício e do eixo Madureira-Penha. A BR 101 integrada no anel rodoviário que o DER executa ligará à Lagoa, e, sempre em via livre, através do Rebouças, ao Cais do Porto, Presidente Vargas e Ponta do Caju. No nono distrito rodoviário do DER, instalou-se o grupo de trabalho da baixada de Jacarepaguá, sob a presidência do engenheiro Segadas Viana. [Entretanto,] [...] durante muito tempo, ainda, deixou-se a várzea tal como está, com gado solto pastando. E só quando a urbanização da parte restante e da Barra a Sernambetiba se adensar, quando a infra-estrutura organizada nas bases civilizadas e generosas que se impõem existir, e a força viva da expansão o impuser, aí então, sim, terá chegado o momento de implantar o novo centro que parceladamente, embora, já deverá nascer na sua escala definitiva (loc. cit.).

Acerca da ocupação da Barra da Tijuca, Lúcio Costa propõe que sejam

[...] criados também, de quilômetro em quilômetro, numerosos núcleos urbanizados ao longo da BR 101 constituídos exclusivamente de torres de 25 a 30 andares com pequeno comércio térreo. Em volta das torres, conjuntos de lotes espaçados destinados às residências. Do lado da terra, os núcleos residenciais serão constituídos por conjuntos de edifícios de oito a 10 pavimentos. Articulado aos edifícios residenciais, deverá haver um sistema autônomo de lojas e toda sorte de utilidades. Os núcleos urbanizados serão ligados diagonalmente a uma via paralela a BR-101, a via 4 (loc. cit.).

Por fim, o Plano-piloto contempla,

[...] nas articulações da via 4 com as diagonais[,] [...] conjuntos baixos de edificações para utilidade pública ou privada. Na faixa contida entre as duas vias paralelas, uma trama sinuosa de alamedas de parque para acesso aos lotes residenciais de tamanhos variados. Foi previsto para a região aeroporto executivo, campo de golfe, museu, uma futura orla hoteleira, áreas de reserva biológica, bosque, zona agrícola, além do autódromo existente. As áreas já urbanizadas deverão ser arborizadas (loc. cit.).

Sobre essa expansão, Manchete 25 anos (1977: 141) comenta:

[...] Esgotadas todas as possibilidades [de expansão], com seus velhos subúrbios e os modernos bairros da orla atlântica sufocados por uma população de quase cinco milhões de pessoas, a cidade rasgou montanhas e partiu para as ainda mal desbravadas terras do sudoeste. E surgiu o novo bairro da Barra da Tijuca – ou a Barra, simplesmente. No entanto, para que as especulações imobiliárias não fizessem da Barra mais um caos formado por um amontoado de edifícios, as autoridades entregaram ao urbanista Lucio Costa a responsabilidade de planificar a sua ocupação, criando-se, assim, o Plano Piloto da Barra. Hoje, embora seja o bairro que mais cresce no Rio, sua expansão é feita ordenadamente.

Assim, a ocupação da baixada de Jacarepaguá estaria regulada e a construção civil teria garantido uma ampla área para atuar e associar crescimento econômico e desenvolvimento urbano. Contudo, a Barra da Tijuca tornou-se muito distinta daquilo que



sucedeu a Brasília. Deve-se lembrar que o momento político do Brasil era outro, bem distinto. Estávamos sob a égide um regime militar extremamente violento e não na democracia compromissada de Juscelino Kubitschek.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na cidade do Rio de Janeiro, ao longo das décadas de 1920 a 1960, houve diversos processos de modernização. O Plano Agache, o desmonte do Morro do Castelo e a construção do Cristo Redentor foram esforços de modernizar a capital da República que era questionada acerca de sua capacidade de exercer a centralidade política do país. Desde a transmigração da Corte, a identidade *brasileiro* e a identidade *carioca* estiveram amalgamadas, mas a ascensão de São Paulo como hegemonia econômica criou uma possibilidade para essa separação. Não houve condições econômicas para a transferência da capital até que São Paulo tivesse se firmado como maior centro industrial do país, mas o discurso e a legitimidade para a transferência da capital surgiram com o fim da escravidão, com o advento da República e com as movimentações populares constantes na cidade do Rio de Janeiro.

O governo Vargas se beneficiou da manutenção da capital no Rio de Janeiro, e reforçou a identidade entre carioca e brasileiro, alçando, por exemplo, o samba a categoria de ritmo nacional, mas as perturbações políticas na cidade com o advento da Guerra Fria legitimaram, em definitivo, a transferência da capital para Brasília. A fim de mostrar que nunca haviam deixado de ser modernos, os cariocas, com a Bossa Nova, conquistaram o mundo, afirmando seu cosmopolitismo dentro e fora do Brasil. Com o Plano Doxiadis, que praticamente não saiu do papel, a cidade recebia mais um plano urbanístico, mas com projetos, como o de assentamento de favelados na zona sul, que enfraqueciam a lógica de valorização e segregação imobiliárias em curso nesta área da cidade.

O Plano-piloto para a baixada de Jacarepaguá, que compreende a Barra da Tijuca, foi a saída encontrada, agora sob o regime militar, para alavancar o projeto de criar empresas de construção civil de grande porte e executar as grandes obras de infra-estrutura nacionais. No urbano, essas empresas foram fundamentais para ampliar a área construída das grandes cidades, e fortalecer o mercado imobiliário. A Barra da Tijuca, desde então, tornou-se o bairro de maior crescimento na cidade do Rio de Janeiro, e fortaleceu a identidade vinculada à orla.



Teve como idealizadores do plano-piloto os mesmos de Brasília, Lucio Costa e Oscar Niemeyer, e por meio da mimese da nova capital, buscava-se reestruturar a cidade.

REFERÊNCIAS

AGACHE, Alfred Hubert-Donat. *Cidade do Rio de Janeiro, extensão, remodelação, embelezamento*. Paris: Foyer Bresilien, 1930.

ABREU, Maurício de Almeida. *A evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPLANRIO, 1997.

ARGAN, Giulio Carlo. *História da Arte como história da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 2005. 5ª ed.

BENEVIDES, Maria Victoria. *O governo Kubitschek: a esperança como fator de desenvolvimento*. In: Gomes, Angela de Castro (org.). *O Brasil de JK*. Rio de Janeiro, FGV, 2002.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *A interiorização da metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alameda, 2005.

DOXIADIS ASSOCIATES. Guanabara. *A Plan for Urban Development*. Rio de Janeiro: CEDUG, 1965.

ESTADO DA GUANABARA. *Plano-Piloto para Urbanização da Baixada compreendida entre a Barra da Tijuca, o Pontal de Sernambetiba e Jacarepaguá*. Rio de Janeiro: DER, 1969.

GIUMBELLI, Emerson. *A modernidade do Cristo Redentor*. In: *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 51, no 1, 2008. pp. 75-105.

GOMES, Angela de Castro. *O Brasil de JK*. Rio de Janeiro: FGV, 2005. 2ª ed.

LAFER, Betty Mindlin. *Planejamento no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 1987.

MANCHETE. *25 anos*. São Paulo: Abril, 1977.

NASSARO, Silvio Lúcio Franco. *A pluralidade da verdade em Erasmo*. São Paulo: USP, 2010. Tese de doutorado. Disponível em:

http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/diaadia/diadia/arquivos/File/conteudo/artigos_teses/FILOSOFIA/Dissertacoes/Erasmus.pdf. Acesso em: 28 jun 2011.

NORTON, Luís. *A Corte de Portugal no Brasil: notas, alguns documentos diplomáticos e cartas da imperatriz Leopoldina*. São Paulo: Editora Nacional; Brasília: INL, 1979.

NOSSO SÉCULO. *Sob as ordens de Brasília. 1960/1980*. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1985. v. 9.



NOSSO SÉCULO. *Sob as ordens de Brasília. 1960/1980*. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1986. v. 10.

REZENDE, Vera. *O jogo do verde com branco, Lúcio Costa em defesa do Plano-piloto da Barra da Tijuca e Baixada de Jacarepaguá*. 2005

_____; LEITÃO, Gerônimo. *Barra da Tijuca no limiar do século XXI: do urbanismo modernista à cidade cenográfica?* Niterói, 2003a. Disponível em: http://www.pgau-cidade.ufsc.br/ica/trabalhos/rezende_vera/rezende_vera.htm.

_____. *Plano-piloto para a Barra da Tijuca e baixada de Jacarepaguá, a avaliação dos ideais modernistas após três décadas*. Niterói, 2003. Disponível em: <http://www.docomomo.org.br/seminario%205%20pdfs/148R.pdf>. 2003

SANTOS JUNIOR, Washington Ramos dos. *A Belacap em busca da hegemonia perdida*. Niterói, UFF, 2005. Monografia de conclusão do curso de graduação.

SEVERIANO, Jairo. *Uma história da música popular brasileira: das origens à modernidade*. São Paulo: Ed. 34, 2008.

STUCKENBRUCK, Denise Cabral. *O Rio de Janeiro em questão: o Plano Agache e o ideário reformista dos anos 20*. Rio de Janeiro: IPPUR, 1996.

TOTEM FILMES. *A cidade cresce para a Barra*. Rio de Janeiro, 1970.

TUAN, Yi-Fu. *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. São Paulo: Difel, 1980.

VALLADARES, Licia do Prado. *A invenção da favela: do mito de origem a favela.com*. Rio de Janeiro, FGV: 2008. 2ª reimp.

_____. *Passa-se uma casa: análise do Programa de Remoção de Favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1978.

VELLOSO, Monica Pimenta. *O modernismo e a questão nacional*. In: Ferreira, Jorge; Delgado, Lucilia de Almeida Neves (org.). *O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excluyente, da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.